

Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)

A educação enquanto fenômeno social:

Aspectos pedagógicos
e socioculturais

3

 **Atena**
Editora
Ano 2022



Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)

A educação enquanto fenômeno social:

Aspectos pedagógicos
e socioculturais

3

 **Atena**
Editora
Ano 2022



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^o Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^o Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^o Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



A educação enquanto fenômeno social: aspectos pedagógicos e socioculturais 3

Diagramação: Camila Alves de Cremona
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 A educação enquanto fenômeno social: aspectos pedagógicos e socioculturais 3 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0090-5

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.905221205>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Diante do atual cenário educacional brasileiro, resultado de constantes ataques deferidos ao longo da história, faz-se pertinente colocar no centro da discussão as diferentes questões educacionais, valorizando formas particulares de fazer ciência e buscando superar problemas estruturais, como a desigualdade social por exemplo. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas postos pela contemporaneidade é um desafio, aceito por muitos professores/as pesquisadores/as.

A área de Humanas e, sobretudo, a Educação, vem sofrendo de trato constante nos últimos anos, principalmente no que tange ao valorizar a sua produção científica. O cenário político de descuido e de trato com as questões educacionais, vivenciado recentemente e agravado com a pandemia, nos alerta para a necessidade de criação de espaços de resistência. Este livro, intitulado “**A Educação enquanto fenômeno social: Aspectos pedagógicos e socioculturais**”, da forma como se organiza, é um desses lugares: permite-se ouvir, de diferentes formas, os diferentes sujeitos que fazem parte dos movimentos educacionais.

É importante que as inúmeras problemáticas que circunscrevem a Educação, historicamente, sejam postas e discutidas. Precisamos nos permitir ser ouvidos e a criação de canais de comunicação, como este livro, aproxima a comunidade das diversas ações que são vivenciadas no interior da escola e da universidade. Portanto, os inúmeros capítulos que compõem este livro tornam-se um espaço oportuno de discussão e (re)pensar do campo educacional, considerando os diversos elementos e fatores que o intercrossa.

Neste livro, portanto, reúnem-se trabalhos de pesquisa e experiências em diversos espaços, com o intuito de promover um amplo debate acerca das diversas problemáticas que permeiam o contexto educacional, tendo a Educação enquanto fenômeno social importante para o fortalecimento da democracia e superação das desigualdades sociais.

Os/As autores/as que constroem essa obra são estudantes, professores/as pesquisadores/as, especialistas, mestres/as ou doutores/as e que, muitos/as, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos/as autores/as e discussões por eles/as empreendidas, mobilizam-se também os/as leitores/as e os/as incentivam a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e a todas uma provocativa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
POLITICA EDUCACIONAL E A POLITICA SOCIOEDUCATIVA: DIÁLOGOS NECESSÁRIOS PARA A FORMAÇÃO HUMANA	
Ivana Aparecida Weissbach Moreira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9052212051	
CAPÍTULO 2	13
DISCUTINDO O TERMO “ANALFABETO” NA PERSPECTIVA DECOLONIAL: HISTÓRIA, EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E POPULAÇÃO NEGRA	
Marta Lima de Souza	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9052212052	
CAPÍTULO 3	29
CONTRIBUIÇÕES DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA PARA O CAMPO EDUCACIONAL BRASILEIRO	
Luciana de Oliveira Gonzaga	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9052212053	
CAPÍTULO 4	40
HERMENÊUTICA RECONSTRUTIVA NA PESQUISA QUALITATIVA EM EDUCAÇÃO	
Alexandre Oliveira Silva	
Amarildo Luiz Trevisan	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9052212054	
CAPÍTULO 5	54
O PENSAMENTO DE GRAMSCI E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	
Marcos Fernando do Nascimento	
Orlando Cantuário de Assunção Filho	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9052212055	
CAPÍTULO 6	68
OS DESAFIOS PARA PROMOVER A EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPOS DE PANDEMIA: UMA REVISÃO NARRATIVA	
Roseli Dias Pereira	
Rosimara Pereira de Paiva	
William da Silva Francisco	
Tiago Camilo Ozório	
Maria Eduarda Dino de Athayde Fraga Arantes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9052212056	
CAPÍTULO 7	81
A EVOLUÇÃO DA TECNOLOGIA NO ÂMBITO EDUCACIONAL: AS MUDANÇAS NO	

ENSINO E NAS RELAÇÕES SOCIAIS

Clebson Kauan da Silva Santos
Daniela Cíntia Santana Lopes
Daniele Jesus dos Santos
Deyllane Jesus dos Santos
Géssica Larize Souza Lima
Gilson Carlos Oliveira da Silva
Isabel de Jesus Carvalho
Letícia Leal dos Santos
Lindilane Souza de Brito
Luciana Leal dos Santos e Santos
Tatiana Santos Novaes Marques
Tháís Fernanda Andrade da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9052212057>

CAPÍTULO 8..... 89

DIREITOS HUMANOS: IMPRESSÕES SOBRE AS INTERFACES COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS, ÉTNICOS RACIAIS E DE GÊNERO – ORGANIZAÇÃO, LUTAS E CRIMINALIZAÇÃO

Antônio Valmor de Campos
Jane Acordi de Campos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9052212058>

CAPÍTULO 9..... 101

JOVENS ESTUDANTES DO CAMPO: DISCURSO SOBRE TRABALHO E FAMÍLIA

Ana Patricia Ramos
Mareli Eliane Graupe

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9052212059>

CAPÍTULO 10..... 107

OS JOVENS INFRATORES DA CASEM E A ALEGORIA DA CAVERNA DE PLATÃO

Luiz Antônio Pinto Cruz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.90522120510>

CAPÍTULO 11 119

ADAPTAÇÃO/REINSERÇÃO DE ADULTOS POUCO ESCOLARIZADOS: BOAS PRÁTICAS EM PORTUGAL

Teresa Margarida Loureiro Cardoso
Maria Filomena Pestana Martins Silva Coelho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.90522120511>

CAPÍTULO 12..... 132

GLOBAL CITIZENSHIP AT THE INTERNATIONAL BUSINESS ADMINISTRATION FACULTY OF UNIVERSIDAD PONTIFICIA BOLIVARIANA

Julio Ramirez Montañez
Gladys Mireya Valero Córdoba
Rafael Jesús Calle Moreno

Alejandra Suarez Quintero
Valentina Rico Jaimes
Yesica Fernanda Vertel Revueltas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.90522120512>

CAPÍTULO 13..... 144

NEOILUMINISMO: ASPECTOS GERAIS E CONSEQUÊNCIAS NA EDUCAÇÃO

Lucas Sá Mattosinho
Maria da Graça Mello Magnoni

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.90522120513>

CAPÍTULO 14..... 159

TRABALHO DOCENTE EM TESES E DISSERTAÇÕES - ACHADOS DE PESQUISAS ENTRE 2010 E 2021

Robson Sueth

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.90522120514>

CAPÍTULO 15..... 179

REFLEXÕES SOBRE TRABALHO DO DOCENTE EM TEMPOS DE PANDEMIA E ENSINO REMOTO

Caroline Costa Silva Candido
Ana Maria Brochado de Mendonça Chaves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.90522120515>

CAPÍTULO 16..... 191

PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA LITERACIA ENTRE OS ADOLESCENTES: PORTUGAL E O CONTEXTO EUROPEU

Juliana Silva Cunha
Maria de Lourdes Dionísio

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.90522120516>

CAPÍTULO 17..... 201

OS SABERES E AS COMPETÊNCIAS DA PROFISSÃO DOCENTE. UM DIÁLOGO NECESSÁRIO A PARTIR DE PERRENOUD E TARDIF

Aliuandra Barroso Cardoso Heimbecker

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.90522120517>

CAPÍTULO 18..... 210

O PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: O QUE DIZEM AS POLÍTICAS DE INCLUSÃO?

Lielson Nascimento da Conceição Júnior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.90522120518>

CAPÍTULO 19..... 221

EDUCAÇÃO: O ABANDONO ACADÊMICO EM ANGOLA – CAUSAS PEDAGÓGICAS E

SOCIOCULTURAIS

Teresa de Jesus Portelinha Almeida Patatas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.90522120519>

CAPÍTULO 20.....233

**EDUCAÇÃO E AGRONEGÓCIO: IMPLICAÇÕES À FORMAÇÃO ESCOLAR DOS ALUNOS-
TRABALHADORES DO CAMPO**

Franciel Coelho Luz de Amorim

Maria Jorge dos Santos Leite

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.90522120520>

SOBRE O ORGANIZADOR.....249

ÍNDICE REMISSIVO.....250

NEOILUMINISMO: ASPECTOS GERAIS E CONSEQUÊNCIAS NA EDUCAÇÃO

Data de aceite: 02/05/2022

Lucas Sá Mattosinho

Mestre e doutorando em Mídia e Tecnologia da Universidade FAAC/UNESP/Bauru

Maria da Graça Mello Magnoni

Doutora docente do Departamento de Educação – FC/UNESP/Bauru

RESUMO: A partir de meados do século XIX, a burguesia, consolidando-se no poder, dá uma guinada conservadora, o que implica no abandono de vários dos ideais defendidos até então. O neoiluminismo é uma das três grandes tendências filosóficas que expressam, no plano do pensamento, esse retrocesso. Pelo resgate do idealismo na explicação da ordem das coisas e de apresentar soluções sempre compatíveis com a sociabilidade vigente, essa vertente é amplamente utilizada por organismos multilaterais na constituição de seus documentos norteadores, impactando sobremaneira os rumos da educação na atualidade. Nosso estudo concentra-se em apresentar os aspectos mais gerais do neoiluminismo conferindo ênfase ao complexo educacional.

PALAVRAS-CHAVE: Neoiluminismo; decadência ideológica; educação.

ABSTRACT: From the mid-nineteenth century, the bourgeoisie, consolidating itself in power, took a conservative turn, which implied the abandonment of several of the ideals defended until then. The neo-enlightenment is one of the

three great philosophical trends that express, at the level of thought, this setback. By rescuing idealism in explaining the order of things and presenting solutions that are always compatible with current sociability, this aspect is widely used by multilateral organizations in the constitution of their guiding documents, greatly impacting the directions of education today. Our study focuses on presenting the most general aspects of the neo-enlightenment, emphasizing the educational complex.

KEYWORDS: Neo-enlightenment; ideological decay; education.

De todas as tradições filosóficas burguesas da contemporaneidade, o neoiluminismo é a mais abertamente idealista entre as três. Se o racionalismo formal se vale do objetivismo para camuflá-lo e o irracionalismo flerta com o materialismo mecanicista tanto quanto pode, o neoiluminismo apresenta-se como o verdadeiro herdeiro do idealismo das luzes. Embora jamais tenha desaparecido completamente, essa tendência jamais foi hegemônica dentro do diapasão da filosofia burguesa. Aliás, a sua existência está vinculada diretamente a alguns problemas intrínsecos legados pelas outras matrizes de pensamento, cuja remédio é a incorporação de elementos idealistas que lhe garantam uma sobrevivência.

Antes de mais nada, é preciso ressaltar o íntimo vínculo entre as sociedades de classes e o idealismo filosófico. Numa sociedade cindida

pela propriedade privada, a elite é dominante porque organiza tanto a produção da riqueza, por meio de mecanismos de exploração do trabalho, como os demais aspectos da vida social, o que lhe garante controle econômico, político, ideológico e militar, mesmo sendo a minoria. No escravismo antigo, os senhores organizavam a produção para os escravos executarem; hoje, capitalistas organizam a produção para os trabalhadores executarem-na. Essa dinâmica em que uma classe minoritária deve mandar e outra obedecer exige uma legitimação ideológica que é conferida por um raciocínio simples: a verdadeira produção é feita por quem a idealizou e não por quem, com efeito, trabalhou. Noutras palavras, o que funda a sociabilidade é a ideia.

As explicações de mundo que justificaram e asseguraram a reprodução dos modelos societários anteriores ao capitalismo postulavam que os indivíduos eram, em função de uma hierarquia cósmica ou divina, desiguais. Alguns estariam *a priori* destinados a dominar e outros, a serem dominados. Tanto a ideia de eudaimonia aristotélica como a da salvação cristã incidem justamente em aceitar o seu lugar natural dentro dessa hierarquia e, tal como na fábula de Esopo, não queira o sapo beber água para igualar-se ao boi. Todavia, o regime do capital implica certa isonomia, porque ambos os polos da relação contratual apresentam-se como vendedores de mercadorias, claro que alguns apenas de sua força de trabalho. Logo, o capitalismo necessita de elementos ideológicos mais sutis e laicizados para justificar essa divisão social do trabalho.

Por razão das novas dinâmicas trazidas pela acumulação primitiva, foi imprescindível, na Europa, desenvolver-se uma nova ontologia, tendo em vista que o padrão greco-medieval do passado, fundado na cosmologia aristotélica-ptolomaica, era incapaz de fundamentar essa nova ordem social. Esse esforço teórico de compreender a realidade culminou numa mudança total de paradigma, legitimada não mais pela natureza ou por Deus, mas por descobertas científicas. A classe sacerdotal viu-se encurralada pois perdia seu poder de intermediária entre o absoluto e o mundo humano, afinal cada vez mais a história, ao menos a da sociedade, tal como afirmou de forma inédita Vico, era percebida como resultado da ação de seres humanos. Mas ainda assim, a divisão entre quem pensa e quem executa se traduzia no plano do pensamento em abordagens idealistas, sobretudo porque o teórico quer conferir a si mesmo e a sua atividade intelectual demasiada importância.

O auge do idealismo moderno é o período do Iluminismo. Apesar das significativas diferenças que os filósofos tinham entre si, o pensamento ilustrado era essencialmente idealista. Mesmo Diderot, que é considerado pelos manuais de filosofia como um materialista, defendia que as ideias são capazes de transformar a sociedade – pressuposto central do idealismo – e por isso desenvolveu juntamente com D’Alembert a iniciativa audaciosa da Enciclopédia, cujo escopo era socializar o conhecimento e produzir com isso uma mudança. Embora a atividade humana, principalmente o trabalho, ganhasse cada vez mais destaque nas elaborações filosóficas, ela era identificada com o pensamento. Nesse viés, a execução é algo menor, assim como quem a efetiva. O verdadeiro trabalho é o de

quem projeta.

Até o advento da Revolução Industrial, as filosofias que se apresentavam como materialistas eram muito lacunares e voltadas às questões de natureza prosaica, não se transformando num sistema de pensamento que explicasse o mundo em sua totalidade. Tanto em alcance como em vigor elucidativo, Epicuro, Lucrecio e Espinoza são menores na história das ideias se comparados à Platão, Aristóteles e Descartes, por exemplo. Por mais intuitivos e criativos que fossem os pensadores materialistas, não havia uma situação histórica que oportunizasse o desenvolvimento de uma concepção de mundo que contemplasse a matéria como princípio fundamental e o ser social, uma dimensão afastada da natureza, fruto do agir dos homens. Inclusive boa parte do interesse em resgatar os pensadores “materialistas” veio apenas quando as explicações idealistas de mundo começavam a “fazer água” por todos os lados.

A Economia Política, ao capturar teoricamente a materialidade da produção industrial, percebeu que quem realmente produzia a riqueza eram os trabalhadores, como já havia antecipado Adam Smith (1979) na análise das manufaturas complexas. Mas foi David Ricardo (1996), ao se debruçar sobre a primeira etapa do industrialismo, quem ainda sob o prisma liberal, elucidou que o trabalho produzia mais do que seu próprio valor, sendo esse mecanismo a base do lucro patronal. Essa descoberta acabou por gerar um constrangimento intelectual, pois não havia possibilidade de ignorá-la. Se por parte dos trabalhadores isso foi incorporado e desenvolvido para questionar a situação de exploração a que estavam submetidos, por parte dos teóricos da ordem, a afirmação de que o real é constituído pela consciência, como no idealismo subjetivista pós-kantiano, torna-se inadmissível.

Desde a consolidação política da burguesia, nenhum grande sistema filosófico abertamente idealista encontrou terreno fértil para manifestar-se. No máximo, surgiram algumas correntes sem pretensão de explicar grandes questões da humanidade, apenas sugerindo a atenuação dos problemas sociais a partir de reformas políticas ou de renovação moral. Isso evidencia o seu compromisso ideológico, por mais que seus teóricos se apresentem preocupados com as mazelas concebidas por essa forma de sociabilidade, buscam a solução dentro da ordem. Isso só se torna possível mediante a ideia de que não é a estrutura capitalista a grande responsável pela fome, pelo lixo, pelo complexo de alienação, pelo racismo etc. Não reconhecendo sua gênese material, fica esse discurso desligado da necessidade de superá-la e, portanto, todas essas questões se tornam passíveis de serem resolvidas mediante intervenções políticas pontuais ou de um processo de conscientização.

A agenda 2030 da ONU é um exemplo do que acabamos de alegar. Nascidos a partir do fracasso dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, que tinha como um dos propósitos acabar com a fome até 2015, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável¹

¹ Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável estão disponíveis no site da Organização das Nações Unidas em:

prometem ser, com seus 17 objetivos e 169 metas, um “plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade” além de visar “fortalecer a paz universal com mais liberdade” e, acima de tudo, erradicar a “pobreza em todas as suas formas e dimensões”. Para um materialista, que parte do pressuposto de que nossos problemas ambientais e sociais são estruturais, é imperioso que se transforme radicalmente o conjunto das relações sociais, sobretudo as de produção, a fim de resolver essas questões. Não podendo fazê-lo, os organismos multilaterais, como a Organização das Nações Unidas, devem propor alternativas dentro da ordem capitalista e para isso somente aderindo ao idealismo em todo o seu esplendor.

Uma característica que podemos depreender de todo e qualquer discurso neoiluminista é o seu humanismo abstrato. Na sua versão clássica, típica da fase de ascensão da burguesia, constituía-se num movimento orgânico em relação à sua concepção de mundo e, tal como escreve Japiassu e Marcondes (2006, p.136), esforçava-se por evidenciar a dignidade humana, instaurando uma “confiança na razão e no espírito crítico” contrariamente à visão religiosa até então predominante. Considerado uma atitude filosófica, o humanismo alça o ser humano ao mais elevado grau, de modo que a humanidade é vista como resultado do próprio agir dos seres humanos em regime coletivo. Noutras palavras: fazemos nossa própria história. O problema estaria em saber como é que a fazemos. Para o idealismo até Hegel, a história humana era nada mais que o desenvolvimento do espírito humano, de suas ideias.

A postura idealista e humanista dos pensadores da fase ascensional da burguesia era orgânica em relação ao seu projeto de mundo, uma expressão verdadeiramente honesta de seus próprios postulados. Depois de sua guinada conservadora em meados do século XIX, os pensadores burgueses ficaram reféns de seu novo compromisso ideológico preterindo, desestimando ou mesmo rechaçando os ideais humanistas antes defendidos. Para o racionalismo formal, o humanismo cedeu lugar para a fé nos complexos da ciência e da técnica; para o irracionalismo, tendência predominante nessa fase, ela se torna um simulacro subjetivo. A concepção antropocêntrica, segundo a qual o indivíduo singular ou coletivo tinha capacidade de decidir que futuro almeja, típico da reação do humanismo clássico frente ao discurso teleológico da Igreja, poderia abrir caminhos para subversão da ordem.

O entendimento de que não só é possível, mas acima de tudo desejável, transformar o conjunto das relações sociais foi instrumento ideológico importante para a burguesia combater o absolutismo feudal, mas essa arma forjada voltou-se contra ela (MARX & ENGELS, 2010, p. 51). Tanto a antiguidade como o medievo desconheciam a ideia de humanidade. O reconhecimento de que todos são partícipes da mesma humanidade é algo que, no capitalismo, pode ser teorizado, mas não pode ser efetivado. Pode ser teorizado porque todos se apresentam como possuidores de mercadorias, o que aparentemente cria

<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. <acesso em 05/08/2020 às 15:34>

uma noção de igualdade; afinal todos querem rigorosamente a mesma coisa: valorizar sua mercadoria. Contudo, não pode ser efetivado pois esse modelo societário está alicerçado na exploração da atividade que funda a dimensão verdadeiramente humana, o trabalho.

Não há possibilidade, portanto, de evocar os princípios humanistas do plano teórico e consumá-lo dentro de uma ordem econômica, política e social que se alimenta da desumanidade. O complexo de alienações a que os seres humanos estão submetidos não é resultado de falta de políticas públicas, de acesso à informação e ao conhecimento, de consensos intersubjetivos etc. É o corolário de uma forma de produção e de reprodução da vida humana e que, portanto, só pode ser superado à medida que se supera esse próprio modelo. Dessarte, um humanismo radical deve se alicerçar na realidade concreta, questionando e averiguando os fundamentos ontológicos dos problemas de nosso tempo. Não podendo fazê-lo, com sério risco de evidenciar os problemas estruturais da ordem que a todo custo se deve poupar, resta à burguesia envergonhada o apelo a conceitos puramente especulativos, típico dos enfadonhos discursos humanistas da contemporaneidade.

Nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas lê-se:

Pre vemos um mundo livre da pobreza, fome, doença e penúria, onde toda a vida pode prosperar. Pre vemos um mundo livre do medo e da violência. Um mundo com alfabetização universal. Um mundo com o acesso equitativo e universal à educação de qualidade em todos os níveis, aos cuidados de saúde e proteção social, onde o bem-estar físico, mental e social estão assegurados. Um mundo em que reafirmamos os nossos compromissos relativos ao direito humano à água potável e ao saneamento e onde há uma melhor higiene; e onde o alimento é suficiente, seguro, acessível e nutritivo. Um mundo onde habitats humanos são seguros, resilientes e sustentáveis, e onde existe acesso universal à energia acessível, confiável e sustentável.

A princípio, nenhum gestor público ou privado se oporá abertamente ao trecho acima citado. Todavia, se buscarmos as causas primeiras de qualquer problema mencionado, seja a fome, a penúria, a violência, o analfabetismo, falta de saneamento básico e energia, caímos invariavelmente no modo de produção e de distribuição da riqueza. Por isso declaramos que esse humanismo hodierno é abstrato, porque os valores defendidos são desprovidos de determinações concretas e acidentais. É uma ideia nela mesma, completamente à parte dos sujeitos históricos e de suas práxis. O sistema econômico do capital, para reproduzir-se, impele a pobreza mesmo com toda a riqueza, a fome mesmo com todo o desperdício, a ignorância mesmo com todo o conhecimento acumulado, e a violência mesmo tendo todas as condições possíveis para alcançar uma paz verdadeira.

Quando um discurso neoluminista, tal como o da Agenda 2030, clama sobre a premência da superação dessas mazelas ocultando sua gênese, ganha rapidamente a simpatia de todos os organismos e institutos financiados por grandes capitalistas. Diante do absoluto constrangimento resultante das contradições do capitalismo tardio, consolidado por absurdos índices de destruição ambiental e de devastação social, é preciso, no xadrez

ideológico, ocupar espaços discursivos que “reconheçam” esses problemas e assegurem que sua resolução se dê dentro dos marcos da ordem burguesa. Para isso, lançam mão de neologismos, a fim de sugerir às consciências ingênuas que se trata de um problema novo para vender a sugestão política de sua resolução.

Entre tantos vocábulos novos, destaca-se o termo sustentabilidade. É um termo que contempla igualmente questões ambientais, sociais e econômicas, sugerindo não uma contradição, mas uma forma de complementação e harmonia entre essas esferas. O capitalismo sustentável seria o melhor dos mundos possíveis, onde todos poderiam progredir economicamente à medida de seu esforço, ter acesso às benesses da ciência e da tecnologia e ainda conservar o meio ambiente. O poder de persuasão dessa arenga neoiluminista não está relacionado apenas ao seu gordo patrocínio, mas à incapacidade das teorias contemporâneas de enfrentar a milenar questão de essência e aparência. A essência do modo de produção capitalista reside nisso: é uma produção voltada para a troca e não para o uso, destinada ao mercado e não ao atendimento às necessidades humanas.

Permanecer na empiria é sempre um manobra teórico-metodológica conservadora, de quem quer impedir que se encontrem os fundamentos medulares de um processo histórico. Não é preciso ser apologista do dualismo platônico ou cartesiano para compreender que nem tudo que observamos diretamente da realidade corresponde à coisa em si, basta ter um mínimo de senso crítico. A concepção de mundo, que permeia a totalidade das práxis dos indivíduos, sugere hoje que os problemas socioambientais são redutíveis às questões pessoais, quase sempre de natureza moral. Destruímos a floresta amazônica, deixamos alguns passarem fome e matamos uns aos outros porque o ser humano é ruim, egoísta, mesquinho. Essa generalização, em verdade, nem sequer é compatível com o moralismo vulgar que se apresenta como alternativa; afinal, se somos assim por natureza, nenhuma campanha de conscientização nos fará diferentes.

É por apresentar os problemas contemporâneos não como decorrentes do modelo societário vigente, que o neoiluminismo faz uma apologia paralela do capital. Diversamente do positivismo, no qual o elogio é feito de forma direta, e também do irracionalismo, cuja reverência ao capital se dá de forma indireta, aqui temos um meio termo. A economia mercantil e a própria propriedade privada não são reputadas como promotoras da exploração, da dominação, da alienação, logo não precisam ser debeladas. As causas (portanto, também a solução) das disfunções e das adversidades sociais, nesse entendimento, são os complexos da política e da educação. Para tal, a política e a educação aparecem não apenas como complexos sociais independentes – não determinados por condições econômicas –, como também, eles mesmos, fundantes da sociabilidade.

Preveremos um mundo de respeito universal dos direitos humanos e da dignidade humana, do Estado de Direito, da justiça, da igualdade e da não discriminação; do respeito pela raça, etnia e diversidade cultural; e da

igualdade de oportunidades que permita a plena realização do potencial humano e contribua para a prosperidade compartilhada. Um mundo que investe em suas crianças e em que cada criança cresce livre da violência e da exploração. Um mundo em que cada mulher e menina desfruta da plena igualdade de gênero e no qual todos os entraves jurídicos, sociais e econômicos para seu empoderamento foram removidos. Um mundo justo, equitativo, tolerante, aberto e socialmente inclusivo em que sejam atendidas as necessidades das pessoas mais vulneráveis (ONU, 2015, p.1).

Essa passagem dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável é bastante esclarecedora no que tange ao compromisso político assumido. Uma leitura enlevada e desatenta pode sugerir um certo progressismo; afinal, está se propondo defender a dignidade humana, o fim da exploração etc. Toda situação histórica fornece necessidades e possibilidades. A luta ideológica consiste em apresentar seu discurso como inevitável, o único possível. A proposta de um mundo justo, equitativo, tolerante, aberto e inclusivo nos marcos da ordem capitalista é garantir que diante da necessidade de mudança, nada verdadeiramente venha a mudar. Como ter igualdade de oportunidades num mundo onde tudo, inclusive bens fundamentais à subsistência, são mercadoria?

A ideia de “prosperidade compartilhada”, cara ao pensamento liberal clássico das luzes, foi negada pela história: o capital só pode crescer acumulando-se. Segundo relatório da Oxfam, um novo bilionário surge a cada dois dias enquanto o patrimônio da metade mais pobre da população mundial (3,8 milhões) diminuiu 500 milhões de dólares diariamente. O grupo das vinte e seis pessoas mais ricas possui a mesma riqueza de quase quatro bilhões de seres humanos mais pobres. O materialismo clarifica que é o mecanismo de reprodução do capital em ação. O idealismo cândido e oportuno postula, contrariamente, que é uma questão de egoísmo, má gestão e falta de conscientização. Noutras palavras: é querer desentortar a árvore pela sua sombra.

O descompromisso político de setores intelectuais no Brasil e no mundo, que se manifesta de maneira mais aguda na sua aversão à orientação revolucionária, cede espaço para a propagação desse palavrório, inclusive em âmbito acadêmico, que pelo menos em teoria devia prestar-se à crítica. Ao expor o caráter não produtivo da atividade intelectual, o materialismo não se torna bem quisto sobretudo àquelas figuras proeminentes desse campo social, que anseiam por conferir relevo à sua atividade teórica, sobretudo para vendê-la em forma de palestras e cursos a preços nada acessíveis. Mas não é só isso, há uma certa precaução em delimitar sua práxis política dentro do ideário centrista na escala ideológica, para além do *marketing*. Só o centro é visto como democrático, passível de diálogo e de respeito pela dignidade humana. Os extremos seriam, nesse viés, sempre autoritários.

O politicismo é, portanto, outra característica marcante dessa tradição de pensamento. Esse fetichismo da política institucional confere primazia do complexo político sobre os demais, tais como a arte, a ciência, a técnica etc. Noutras palavras, seria ela o complexo

fundante da sociabilidade. A quinta-essência do politicismo pode ser resumida na figura do cidadão. A cidadania, caracterizada pelo binômio “direitos e deveres”, corresponderia ao máximo que um indivíduo pode almejar na vida social. O ideal de cidadão, detentor de direitos sociais, civis e políticos pretere do tema o fato de que o conjunto desses direitos (à vida, à expressão, à propriedade, à associação, ao trabalho, ao estudo e à saúde) estão vinculados ao dinheiro. Quem dispõe de recursos poderá usufruir plenamente das benesses de sua condição cidadã, poderá ir e vir de onde quiser por exemplo, circunstância adversa daqueles que não os têm.

A centralidade da política é, na melhor das hipóteses, a afirmação do reformismo. Isso pode ser facilmente percebido nas orientações dos novos partidos de esquerda, tal como aventa Ivo Tonet (2012). O léxico socialismo deixa de representar um modo de produção e de distribuição da riqueza alternativo ao capitalismo para converter-se no seu aperfeiçoamento, na sua “humanização”, ao buscar a ampliação da cidadania e da democracia nos marcos da ordem. Esse processo de paulatino apuramento se daria institucionalmente, com a participação de todos os setores da sociedade civil buscando consensos racionais à la Habermas (2012). Esse utopismo centrista ignora que um capitalista, cujo poder econômico reverte-se em controle político, não tem interesse algum em ter seu poderio restringido. Exige-se dos ricos a mesma comiseração que Deus, no entender escolástico, teve com os homens: retirar-se para garantir que reles mortais tivessem alguma liberdade decisória.

Esse excessivo valor outorgado à política, como se fosse a causa e a consequência de todo o bem e de todo o mal, oculta as determinações que a esfera econômica impõe aos demais espaços sociais. A economia apresenta-se, nesse entendimento, como condicionada pela política e não ao contrário. Esse entendimento desacertado ajuda a criar um terreno fértil para o surgimento de “salvadores da pátria”, aqueles que se vendem como cidadãos de bem e que, por meio da “intenção correta”, colocariam a economia nos trilhos, resolveriam as questões de segurança pública, cultura, educação, saúde etc. Esse é o intervencionismo defendido por essa tradição. A defesa neoiluminista da democracia e da república é esvaziada de seu conteúdo contestador e subversivo do passado, convertendo-se num gatopardismo, segundo o qual é preciso mudar (ou prometer) alguma coisa para que tudo permaneça tal como é.

Para conferir alguma credibilidade às suas teses, operam dentro de uma lógica pseudodialética. Admitida em seu sentido platônico, como arte do diálogo e da divisão ou escolha (ABBAGNANO, 2000, p. 320), essa dialética, contrariamente ao esquema hegelomarxiano, é assintótica, ou seja, não aspira à elaboração de uma síntese completa e totalizante. Essa recusa à totalidade que, como já afirmamos, deve-se ao seu empenhamento em salvaguardar a ordem burguesa, ajuda a divulgar a noção de que todos os países do mundo podem ser tão prósperos e respeitosos em seus direitos “fundamentais” quanto os países nórdicos se adotarem as políticas necessárias e se copiarem seus modelos

educacionais. Já nos países subsaarianos, nos quais as consequências históricas nefastas do neocolonialismo europeu são até admitidas, mas nunca como resultantes de um processo estrutural, podem e devem ser ajudados caritativamente pelos fundos monetários internacionais, desde que sigam os ditames desses mesmos organismos multilaterais.

A dialética é a lógica de pensar que admite a contradição. Todavia, nessa tradição filosófica, esse “incômodo” teórico-metodológico não pode ser reputado como momento predominante. Apesar de não pretender ser um sistema universal, essa vertente herda uma característica importante do idealismo hegeliano: a dialética como um modo global e abstrato de resolução de conflitos. Para conservar o otimismo no modelo societário, o que, para Hegel, na aurora desse processo, era absolutamente escusável, deve-se diluir o aspecto crítico-negativo no positivo, dentro de um universal coeso e harmônico. Adorno (2009) já havia denunciado que, para a dialética idealista, esse momento de negação servia para afirmar e estabelecer algo positivo. Só assim é possível extrair um pensamento conciliador e otimista, “à vontade” diante da realidade social.

Esse trecho dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável resume bem o que foi discutido até o momento:

Preveremos um mundo em que cada país desfrute de um crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável e de trabalho decente para todos. Um mundo em que os padrões de consumo e produção e o uso de todos os recursos naturais – do ar à terra; dos rios, lagos e aquíferos aos oceanos e mares – são sustentáveis. Um mundo em que a democracia, a boa governança e o Estado de Direito, bem como um ambiente propício em níveis nacional e internacional, são essenciais para o desenvolvimento sustentável, incluindo crescimento econômico inclusivo e sustentado, desenvolvimento social, proteção ambiental e erradicação da pobreza e da fome. Um mundo em que o desenvolvimento e a aplicação da tecnologia são sensíveis ao clima, respeitem a biodiversidade e são resilientes. Um mundo em que a humanidade viva em harmonia com a natureza e em que animais selvagens e outras espécies vivas estão protegidos (ONU, 2015, p. 1).

A tecnologia merece uma atenção especial de nossa parte. Se o desenvolvimento e a aplicação tecnológicos podem ser diferentes do que são, tal como reitera o excerto acima, o que pode fazê-los mais “resilientes” e “respeitadores da biodiversidade”? As duas tradições anteriores alicerçavam seus discursos sobre o tema de modo muito claro, justamente por julgar o importante papel da técnica nas sociedades contemporâneas. O racionalismo formal é abertamente tecnofílico, enquanto o irracionalismo, de maneira avessa, é tecnofóbico. De uma maneira ou de outra a tecnologia é tomada como boa ou má em si mesma: ou nos estaria conduzindo ao paraíso ou ao inferno. O *tertium datur* neoiluminista é facilmente percebido no trato desse tema, pois seus discursos comedidos buscam tangenciar esse determinismo tecnológico.

Evitar a dicotomia que leva à adesão ou à rejeição integral e irrestrita à tecnologia certamente é um mérito, mas não é suficiente para a compreensão dos processos que a

engendam. Se a técnica é fruto da ação humana intencional, devemos investigar sob que condições ela acontece e qual a natureza das relações sociais de sua produção. Esse percurso metodológico nos revelaria a racionalidade que preside tanto sua elaboração como sua utilização. Para o materialismo a questão é clara: o mercado institui o que produzir e a sociabilidade capitalista compele os consumidores a empregar essas ferramentas de uma maneira socialmente aceitável. Nessa vertente, entretanto, o idealismo que lhe embasa sugere que a verdadeira produção humana são as ideias. Assim sendo, a política poderia regular a geração de produtos tecnológicos e os valores morais poderiam nortear sua aplicação.

Como já tratamos da política há pouco, não insistiremos mais nesse ponto. Nosso foco agora, é como a moralidade aparece como solução dentro dessa tradição de pensamento, particularmente em relação à tecnologia. Uma obra digna de atenção pelo seu caráter seminal sobre o assunto é *O Princípio responsabilidade: ensaio para uma ética da civilização tecnológica*, de Hans Jonas, publicado originalmente no final da década de 70. Jonas (2006) parte da insuficiência dos sistemas éticos até então conhecidos no trato de um problema inédito de nosso tempo: o avanço tecnológico, capaz de colocar em risco as gerações futuras. Tendo como ponto de partida a análise sobre a técnica de seu professor Martin Heidegger, alega que a aplicação das novas tecnologias criou novas necessidades e possibilidades fomentadoras de crises éticas. Jonas contorna o pessimismo e apresenta como saída aos imperativos tecnológicos uma proposta ética.

A proposição de Jonas (2006) ao mesmo tempo que denuncia que não temos o direito de acabar com a vida, tanto humana como das demais espécies planetárias por qualquer que seja a razão, também reformula alguns conceitos morais para um repensar sobre que futuro almejamos diante desse mar de viabilidades tecnológicas. Ao apresentar o marxismo e o liberalismo como propostas éticas, pontua que nem o socialismo nem o capitalismo (industrial) conseguem enfrentar a questão do futuro da humanidade, por serem concepções orientadas pelo princípio moderno do progresso. Frente a isso, procura atualizar o imperativo categórico de Kant para adaptá-lo a essa “civilização tecnológica”, de sorte que as ações seriam morais se concorressem para a preservação planetária.

“Aja de modo a que os efeitos da tua ação sejam compatíveis com a permanência de uma autêntica vida humana sobre a Terra”; ou, expresso negativamente: “Aja de modo a que os efeitos de tua ação não sejam destrutivos para a possibilidade de uma tal vida”; ou simplesmente: “Não ponha em perigo as condições necessárias para a conservação indefinida da humanidade sobre a Terra”; ou, em uso novamente positivo: “Inclua na tua escolha presente a futura integridade do homem como um dos objetos do teu querer” (JONAS, 2006, p. 47-48).

Apesar da beleza estilística dessa passagem, seu conteúdo só encanta os desprovidos de senso crítico. Primeiramente, essa moralidade do “dever-ser” amparada pela vontade subjetiva pressupõe uma liberdade de pensamento e de ação que não encontra

correspondência no mundo concreto. O próprio Hegel já criticava esse tipo de abordagem como “abstrata e formal”, que diante da impossibilidade de se consumir historicamente (SANTOS NETO, 2003, p. 39), arrastava a discussão para um plano metafísico. Aqui é preciso fazer uma ressalva. Uma coisa é a afirmação correta de que toda ontologia traz no bojo concepções éticas – assim como também estéticas, políticas, epistemológicas etc. Outra coisa muito diferente é a dimensão ideológica dos discursos morais que se relacionam diretamente com as normas legais, comportamentos sociais, obrigações etc.

A moral em sentido restrito (*Recht*) tem natureza prescritiva e normativa. Ao julgar que uma conduta é errada, ela atua no sentido de evitar que os sujeitos ajam daquela forma. Quando Jonas (2006) afirma a premência de incutir nas consciências o princípio de responsabilidade para que se impeça ou ao menos se refreiem as ações danosas ao planeta, é dessa moral que ele está falando. Como as ideias hegemônicas em qualquer tempo são as ideias das classes dominantes (MARX & ENGELS, 2007, p. 47), a escala axiológica estabelecida é também uma expressão desse poderio material. Podemos observar historicamente que, em razão disso, é muito mais fácil inculcar culpa nos dominados do que nos dominadores, porque é a expressão de sua própria submissão. Os países ricos que em cúpulas ambientais colocam seus representantes para repetir o discurso de Jonas são os mesmos que despejam na costa africana eletrônicos cuja vida útil se esgotou, repletos de mercúrio, chumbo, cádmio e arsênico, contaminando a população local².

Em segundo lugar, o juízo de que hoje chegamos à situação insólita de sermos capazes de destruir a totalidade da vida no planeta por culpa de um projeto moderno que tem em Bacon sua gênese e nas tecnologias contemporâneas o zênite desse processo, é errôneo porque é demasiado abstrato. A tal modernidade, cuja forma de pensar impeliria a liberdade de ação e o progresso das ciências e das técnicas, é resultado de quê? De um intangível e impreciso espírito humano certamente que não. As ideias não brotam do nada e tampouco são autorreferentes. A modernidade, que se principia do Renascimento, é a expressão “cultural” da sociabilidade burguesa. Assumir tal como fazem os pretensos pós-modernos de que a modernidade é um programa arruinado ou envelhecido que necessita ser substituído, como em Lyotard (1988), é assumir que o conjunto das relações sociais que lhe deram vida não deu certo. Claro que pelo compromisso ideológico necessitam deslocar a argumentação do plano objetivo da economia, o capitalismo, para uma dimensão mais volátil, o espírito moderno.

Por ser uma abordagem francamente idealista, o neoiluminismo vai conferir relevo especial à educação. A abordagem neoiluminista como a própria nomenclatura sugere vai insistir em recuperar elementos da educação defendida pelos iluministas, todavia, apartada daquele viés mais racionalista, utópico e subversivo da ordem vigente que tinha no passado. As divergências que os pensadores ilustrados guardavam entre si da epistemologia à

² Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160109_lixao_eletronicos_ab> Acesso em 05/08/2020 às 15:34.

política, também refletia diretamente no devir educativo, de forma que nunca houve uma proposta única sobre o que e como deveria ser a educação, sobretudo das massas.

A falta de estruturação e de coesão do pensamento iluminista permitiu o surgimento de muitas correntes que se apresentam como legatárias, sobretudo no que diz respeito à educação. Aqui trataremos apenas de seus pontos em comum e de sua natureza heteróclita, tendo em conta que incorpora elementos diferentes e até mesmo incompatíveis. Por exemplo, dos tecnicistas assumem a urgência em desenvolver nos estudantes habilidades, atitudes e conhecimentos a fim de integrá-los ao sistema socioeconômico vigente (LUCKESI, 1991, p. 61); dos românticos, reconhecem a importância do sentimento nas ações humanas e o papel da intuição enquanto momento privilegiado da construção do saber pelo aluno.

Das abordagens pedagógicas liberais, sobretudo da corrente progressivista, incorporam os conteúdos, métodos de ensino e a relação professor-aluno. Como a centralidade está no aluno, o conhecimento é construído tendo, supostamente, como ponto de partida interesses pessoais e exigências de seu cotidiano. Deslocando a importância do conhecimento para o processo, o que culminou no lema “aprender a aprender”, os métodos enfatizam a necessidade de situações colocadas pelos professores, que fomentem nos estudantes a curiosidade, a iniciativa e que os façam mobilizar saberes prévios no sentido de solucioná-las. Mas tudo isso não é suficiente para ganhar a simpatia de movimentos e partidos “progressistas”; houve, portanto, a necessidade de, a partir de uma “leitura crítica”, defender implicitamente, no âmbito educacional, finalidades sociopolíticas.

Esse amálgama só é possível pela ausência de referenciais sólidos que permitam apreender as consequências de cada pressuposto. A Base Nacional Comum Curricular (2017) é um exemplo desse tipo de iniciativa. Ao mesmo tempo que defende uma formação pragmática voltada tanto à preparação de quadros profissionais, segundo as exigências do mercado, como destinada a modelar comportamentos sociais, advoga que os estudantes sejam capazes de realizar uma crítica social. Afinal, que crítica é essa? Uma análise que rompesse a empiria e revelasse os fundamentos ontológicos dos problemas contemporâneos induziria a uma práxis política oposta ao desejado. Por isso operam uma inversão; não é a crítica que norteia a prática social, mas justamente o oposto: é o modelo de comportamento socialmente aceitável que condiciona a crítica.

A educação é, portanto, o elemento de convergência entre as tradições filosóficas burguesas da decadência. Isso porque, apesar de muito diferentes, as três concorrem para o mesmo ponto: o fim da história. Esse termo não se refere, tal como afirmamos anteriormente (MATTOSINHO, 2017), à cessação de eventuais transformações, embates e até mesmo antagonismos, e sim à inviabilidade de quaisquer alternativas civilizatórias exequíveis. A educação é devir, por isso pressupõe necessariamente a defesa de um modelo econômico, social e político. Nessas propostas educativas, o capitalismo, enquanto modelo econômico, e a democracia burguesa, como forma política, são apresentadas como o máximo que a humanidade pode almejar nessas duas esferas, passíveis de alterações

adjetivas, nunca substantivas.

Tomemos como referência uma vez mais a BNCC, que logo à introdução deixa clara sua afiliação à agenda 2030 da ONU. As dez competências gerais da Base Nacional Comum Curricular são muito reveladoras de uma certa alinhamento à ideia de um capitalismo socialmente responsável, humano e sustentável. Logo no início do documento lê-se: “educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também voltada para a preservação da natureza” (BRASIL, 2017, p. 8). Noutras palavras, reconhece-se os problemas socioambientais desse modelo societário, mesmo porque não há como escondê-los, ao mesmo tempo que se admite que ele pode ser aperfeiçoado *ad infinitum*, não havendo a menor necessidade de superá-lo.

A primeira competência “Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva” (BRASIL, 2017, p. 9) já deslinda o engajamento ideológico dessa proposta. O “entendimento da realidade” deve estar engajado na idealização e na implantação desse “mundo melhor”. Desde Marx (2015), sabe-se que a lei que regulamenta e coordena o capitalismo é a acumulação indefinida de mais-valia, o que gera necessariamente desigualdade, corrupção e exclusão, independentemente da maior ou menor consciência desse fato por parte de gestores públicos, líderes de fundos ou organizações e capitalistas.

As duas últimas competências gerais ajudam a compreender o limite das ações contestatórias. Na penúltima observa-se:

“Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza (BRASIL, 2017, p. 9).

A contradição não se limita ao plano do pensamento como afirma o idealismo, para o qual o pensamento gera a realidade. A contradição é um elemento da própria realidade e não decorre do tipo de leitura que dela fazemos. A relação entre capital e trabalho, por exemplo, é uma contradição estabelecida pelo modo de produção vigente e, ainda que o patrão e o operário não queiram se opor, a própria dinâmica capitalista será responsável por antagonizá-los. Justamente por isso, não há como resolver essa situação a partir do exercício da empatia e do diálogo. Ademais, a alienação do trabalho e a mercantilização das necessidades humanas, características indelévels da sociabilidade corrente, já são em si mesmas profundamente desumanizadoras.

O modelo comportamental ambicionado nessas propostas é afirmado na derradeira competência geral: “Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade,

flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários” (BRASIL, 2017, p. 9). Se dividirmos essa competência em duas partes, a primeira trata de termos absolutamente reiterados na literatura empresarial dos últimos trinta anos, afinal se tratam de atitudes muito valorizadas dentro da reestruturação produtiva toyotista. Já a segunda, com forte apelo moral, sugere que as decisões dos indivíduos sejam norteadas pela frágil noção de “cidadania”, que abarcaria todos esses adjetivos e concorreria para a “realização” desse modelo idealizado de capitalismo humano, socialmente e ambientalmente responsável.

Se, de fato, esse modelo curricular relativista e pragmático promovesse alguma crítica radical, não seria endossado com tanto entusiasmo por bilionários por meio de grandes fundações e institutos. Em todo o mundo observa-se esse fenômeno; vários indivíduos da elite estariam engajados com esse capitalismo utópico, inclusive com pomposas doações a redes de ensino escolares e universitárias, como é o caso do ucraniano Len Blavatnik, que segundo a Forbes³, doou 500 milhões de dólares para as universidades Havard, Yale, Oxford e Stanford. No Brasil, embora não se tenha essa “cultura” de doações, ultimamente tem crescido muito o interesse de grandes capitalistas na educação, sobretudo na polêmica reforma do Ensino Médio. Nessa ocasião, representantes do Instituto Inspirare, da Fundação Lemann, do Instituto Unibanco, entre muitos outros, foram convidados por parlamentares integrantes da comissão para subir à tribuna e apostolar sobre a necessidade de se alterar os rumos educacionais⁴.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ADORNO, Theodor. *Dialética negativa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

HABERMAS, Jürgen. *Teoria do Agir Comunicativo: racionalidade da ação e racionalização social*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012. vol. 1

JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de filosofia*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

3 Nessa mesma reportagem, toma-se como exemplo bem-sucedido o de Denise Aguiar, neta do fundador do Bradesco. Ela cita duas instituições da qual é partícipe, a Todos pela Educação, um exemplo de articulação entre sociedade civil e poder público, com metas claras de melhoria da educação básica, e a Parceiros pela educação, associação sem fins lucrativos responsável por realizar parcerias entre investidores sociais e escolas públicas, também com o nobre escopo de melhorar índices educacionais. Disponível em: <<https://forbes.com.br/negocios/2019/03/o-que-os-bilionarios-brasileiros-fazem-pela-educacao/>> Acesso em 08/04/2020 às 11:34.

4 O artigo assinado por Helena Borges é bastante revelador da verdadeira motivação por trás do engajamento de institutos e fundações empresariais na educação. Disponível em: <https://theintercept.com/2016/11/04/conheca-os-bilionarios-convidados-para-reformar-a-educacao-brasileira-de-acordo-com-sua-ideologia/> <acesso em 19/08/2020 às 07:21>

JONAS, Hans. *O Princípio Responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-RIO, 2006.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Filosofia da educação*. São Paulo: Cortez, 1991.

LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1988.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martin Claret, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Martin Claret, 2ª ed, 6ª Reimpressão, 2010

MATTOSINHO, Lucas Sá. *Formação x Informação: a ideologia da sociedade do conhecimento e suas consequências no ensino público paulista*. Dissertação (Mestrado em Mídia e Tecnologia) – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação – FAAC, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, Bauru, 2017.

ONU - Organização das Nações Unidas. *Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. <acesso em 05/08/2020 às 15:34>

OXFAM – *Recompensem o trabalho, não a riqueza*. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/recompensem-o-trabalho-nao-a-riqueza/> acesso em:

RICARDO, David. *Princípios de Economia Política e Tributação*. Coleção *Os Economistas*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

SANTOS NETO, Artur Bispo. *Estética e ética na perspectiva materialista*. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

SMITH, Adam. *Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. In: *Coleção os pensadores: Adam Smith/ Ricardo*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

TONET, Ivo. *Método científico: uma abordagem ontológica*. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

A educação enquanto fenômeno social:

Aspectos pedagógicos
e socioculturais



-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

3

A educação enquanto fenômeno social:

Aspectos pedagógicos
e socioculturais



-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

3